

JM PAPELARIA EIRELI

SERVIDÃO RULIVAN GRACIE Nº 850 – SUL DO RIO – Santo Amaro da Imperatriz

Fone: (48) 98427-9131 CNPJ 38.613.730/0001-30

e-mail: JMPAPELARIASC@GMAIL.COM Inscrição Estadual 260.847.160

Dados Bancários: SICRED, AG: 0226, CC: 18.430-9

Responsável Legal da Empresa: JULIANO MEINSCHEN RG:3.844.126-0 CPF: 004.859.359-10

DECLARAÇÃO

A empresa, JM PAPELARIA EIRELI, sediada na SERVIDÃO RULIVAN GRACIE Nº 850, inscrita no CNPJ 38.613.730/0001-30, por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, DECLARA, É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassadas em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do edital/instrumento contratual.

3. As partes responderão administrativa e judicialmente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.

4. Em atendimento ao disposto na Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o município, para a execução do serviço objeto do edital, terá acesso aos dados pessoais dos representantes da LICITANTE, tais como: número do CPF e do RG, endereço eletrônico e residencial, cópia do documento de identificação.

5. A LICITANTE declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo município.

6. A LICITANTE fica obrigada a comunicar o município, em até 24(vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito que possa vir a impactar e/ou afetar o município, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD. Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

Santo Amaro da Imperatriz, 20 de SETEMBRO de 2024.



Representante Legal